



UMA ANÁLISE DA MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO DO(A) ASSISTENTE SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL.

Francisco Henrique da Costa Rozendo*

RESUMO

A cena contemporânea, imersa na política de cunho neoliberal, promove na sua essência a redução dos direitos sociais historicamente construídos. Contrariamente, a atuação profissional do(a) Assistente Social contribui para a efetivação e garantia destes direitos sociais, através da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social no seu trabalho profissional. Com isso, compreender como se dá a afirmação do projeto profissional no âmbito da Previdência Social, cercada de inúmeras contra-reformas, torna-se relevante, na medida em que se constitui um espaço por excelência de consolidação e socialização dos direitos sociais.

Palavras-Chaves: Direitos sociais, Previdência Social e Projeto Ético-Político.

ABSTRACT

The contemporary scene, immersed in the politics of neoliberal stamp, it promotes historically in his essence the reduction of the social laws built. Contrarily, the performance professional of the Social Worker contributed to the efetivacion and warranty of these social laws, through the materialization of the Ethical-political Project of the Social Service in his professional work. With that, to understand as it feels the statement of the professional project in the extent of Social Welfare, enclosed of countless against-reforms, it becomes relevant, in the measure in that a space is par excellence constituted of consolidation and socialization of the social laws.

Keywords: Social laws, Social Welfare and Ethical-political Project.

1 INTRODUÇÃO

A análise sobre o Serviço Social, no Brasil contemporâneo, deve considerar sua inserção numa conjuntura que não lhe é favorável, assentada no desmonte dos direitos sociais e na restrição do papel do Estado para com a sociedade, dilacerando cada vez mais uma base histórica que se vê comprometida e capitaneada pelas elites burguesas, no mascaramento da realidade, com a única prerrogativa de consolidar a hegemonia do capital no cerceamento da liberdade democrática da população.

Por sua vez, a atuação do Serviço Social revela a não afinidade com o projeto ora defendido pela burguesia, o projeto neoliberal, fazendo com que, costumeiramente, intelectuais afirmem que o projeto do Serviço Social anda na contramão da história (NETTO, 2006). Com isto, as bases que legitimam e materializam este projeto profissional se vêem,

*Bacharel em Serviço Social pela UERN e Mestrando em Serviço Social pela UFRN.

na atualidade, sufocadas pela manutenção da ordem burguesa a qual tenta subterfugar práticas que venham porventura a desordenar um padrão de acumulação que não prima pela garantia mínima dos direitos sociais a população, o que vem a ser totalmente contrário ao defendido e consolidado no Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O trabalho, com isto, concretiza uma inquietação surgida no decorrer da graduação, sobre a necessidade de conhecer como o Projeto Ético-Político do Serviço Social vem sendo materializado pelos(as) Assistentes Sociais na Previdência Social, motivado pela experiência de estágio não obrigatório remunerado nesta Instituição. Realizamos, para tal desvelamento, uma pesquisa de campo com 13 (treze) Assistentes Sociais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) da área de abrangência da Gerência Regional de Recife-PE, utilizando a técnica do questionário, que fora respondido pelas Assistentes Sociais dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte.

Por isso, é de fortuita contribuição para o Serviço Social a real consolidação do seu Projeto Ético-Político, materializado pela sua base, na atualidade, tendo em vista a desfavorável conjuntura para a sua implementação, fazendo com que o seu reconhecimento profissional seja não apenas institucional, mas que se mostre como uma prática interventiva que atenda aos anseios da sua base, a classe trabalhadora.

2 A CONSOLIDAÇÃO HEGEMÔNICA DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO FRENTE A CRISE CONTEMPORÂNEA

Com efeito, a centralidade do nosso estudo, propõe que a análise e compreensão da realidade deve ser mediatizada no conhecimento de como os(as) Assistentes Sociais, ao se inserirem em processos de trabalho, conseguem materializar, no cotidiano profissional, o Projeto Ético-Político da profissão, na assertiva de que a consolidação hegemônica deste predispõe que o exercício profissional exija, conforme lamamoto (2006)

um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e atribuições profissionais. Requer ir além das rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho (p. 12).

Diante do exposto, a luta pelo saber profissional condizente com a prática institucional, requer não só o esforço pelo aprimoramento intelectual, mas como a tentativa de modificar paulatinamente as normas institucionais com vistas ao reconhecimento da

profissão, tendo em vista que a característica de autonomia relativa acaba por vezes na acomodação profissional às normas institucionais, sem lutar por interesses inerentes à categoria o que reforçaria a idéia de subordinação e de não reconhecimento profissional (ROZENDO, 2007).

Contudo, o atual cenário de desmonte político faz com que esta luta seja contestatória ao modelo de acumulação descrito pelo governo, na qual a participação político-organizativa da categoria profissional possa ser a referência necessária para o embate a este projeto neoliberal, tendo em vista que as ações hoje implantadas pelo Estado nacional são capitaneadas pela elite burguesa, que se constitui numa pequena parcela da população, mas que econômica e politicamente detêm toda e qualquer forma de exploração e de controle dos meios de produção.

Por isso, conclama-se para o Serviço Social, imerso nesta conjuntura de perda de direitos, uma análise concreta e particular sobre como o seu Projeto Ético-Político vem sendo materializado pelos(as) profissionais Assistentes Sociais, nas instituições as quais estão inseridos(as).

A análise sobre o que hoje se denomina de Projeto Ético-político é uma discussão recente para o Serviço Social no Brasil, iniciando-se a partir da transição da década de 1970 a de 1980, num processo de recusa e crítica ao conservadorismo profissional, revelando uma aproximação deste projeto profissional com o projeto societário da classe trabalhadora. Como tal, o Projeto Ético-Político deve ser compreendido como um conjunto de valores, fruto de aspirações coletivas, que dão significado a categoria profissional, bem como concepções ético-políticas que promova a sua organização político-organizativa e normalize e legitime os seus pares.

A defesa deste projeto profissional deve contemplar a sua dimensão política, para que se consolide na sociedade através de um corpo profissional, que é a sua base, fortemente organizado. Contudo, Netto (2006) aponta ainda que “nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para direções conservadoras ou reacionárias” (p. 05), revelando assim o quanto é impreciso a análise sobre o projeto profissional. Vale ressaltar que, o referido projeto nem sempre é utilizado como instrumento basilar para a atuação profissional, tendo em vista que muitos(as) Assistentes Sociais não conseguem explicitar com clareza o conteúdo deste projeto a ser defendido.

Conquanto, este projeto tem seus pilares definidos pelo Código de Ética Profissional de 1993, na Lei de Regulamentação da Profissão e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em 1996, bem como nos espaços de construção coletiva e político-organizativa da categoria.

Com isto, a questão central desta nossa abordagem recai sobre como é possível detectar na atuação profissional dos(as) Assistentes Sociais do INSS a consolidação hegemônica deste projeto que se relaciona a esta prática e se visibiliza a partir dos princípios fundamentais que são postos no Código de Ética, especialmente daquele que trata da *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos da classe trabalhadora*.

Assim, notamos que a materialização do projeto profissional deve ser mediatizado dentro dos processos de trabalho da instituição a qual está inserido, com o movimento da realidade social, tendo em vista que o Projeto Ético-Político do Serviço Social

aponta precisamente ao combate (ético, teórico, ideológico, político e prático-social) ao neoliberalismo, de modo a preservar e atualizar os valores que, enquanto projeto profissional, o informam e o tornam solidário ao projeto de sociedade que interessa à massa da população (NETTO, 2006, p. 19).

Nesta compreensão, é notório que a atuação profissional dos(as) Assistentes Sociais no âmbito previdenciário, deve estar atenta aos princípios que legitimam este projeto e como eles podem ser materializados no seu cotidiano profissional. O debate, portanto, sobre esta abordagem, perpassa a capacidade teleológica de análise dos fatos, utilizando das mediações necessárias, para a desmistificação do real, tendo em vista a desfavorável conjuntura para a sua implementação.

3 A RELAÇÃO ENTRE A MATRIZ TEÓRICO-METODOLÓGICA DO SERVIÇO SOCIAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL E O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO

O Serviço Social na Previdência Social se legaliza através da Portaria n.º 25 de 06 de abril de 1944, do Conselho Nacional do Trabalho (CNT), na fase de expansão das IAP's. Concomitante a este processo há a criação de outras grandes instituições como a LBA (1942), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) em 1942 e o Serviço Social da Indústria (SESI) em 1946, como também do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Assim, o ingresso do Serviço Social na Previdência Social se dá na reprodução das normas institucionais, no controle normativo sobre os(as) trabalhadores(as), bem como legitimando as exigências burocráticas do poder institucional (MOREIRA, 2005).

Quando em julho de 1991, através da Lei n.º 8.213 no seu Art. 88, define-se a competência do Serviço Social no campo do esclarecimento dos direitos sociais, é que demarca-se, neste contexto histórico, marcado por tensões, a busca coletiva dos(as) Assistentes Sociais em realizarem uma análise crítica da real situação do Serviço Social, discutindo possibilidades “de elaborar respostas profissionais que transparecessem o

compromisso com a previdência pública, redistributiva, de qualidade e com a participação dos[as] trabalhadores[as]” (MOREIRA, 2005, p. 150).

Implica-se, com isso, redefinir o fazer profissional do Serviço Social na Previdência Social redimensionado por um novo paradigma, compreendendo que

esse espaço tem sua especificidade determinada de um lado, objetivamente, pela resposta dada historicamente quando de sua inserção nas relações sociais de produção, e por outro lado, pelas matrizes teórico-metodológicas que direcionam o seu fazer. Sua identidade, a partir disso, define-se pela autonomia técnica explicitada em seu método, objeto e objetivos que se concretizam em uma correlação de forças e encaminham o conteúdo de sua ação (MPAS/INSS, 1995, p. 16).

Assim, buscava-se construir um novo fazer profissional, respaldado num referencial teórico-metodológico que rejeita, claramente, a neutralidade e alerta para a necessidade do compromisso para a efetivação dos direitos sociais e para articulação com os movimentos sociais.

Nesta premissa, o pioneirismo de algumas profissionais inseridas na produção de conhecimentos da Universidade, fez tomar forma a Matriz Teórico-Metodológica do Serviço Social na Previdência Social, em 1994, adotando a concepção de política pública e controle social por parte dos(as) trabalhadores(as) (MOREIRA, 2005). A Matriz, assim, ao reforçar o compromisso com os interesses da classe trabalhadora nas suas ações profissionais, estabelece como objetivos:

- a) implementar a Política Social Previdenciária sob a ótica do direito social e da cidadania contribuindo para viabilizar o acesso aos benefícios e serviços previdenciários e garantir as demandas e reivindicações da população;
- b) contribuir para a formação de uma consciência coletiva de proteção ao trabalho no âmbito da Previdência Pública em articulação com os movimentos organizados da sociedade (MPAS/INSS, 1995, p. 19).

A proposta defendida insere os(as) Assistentes Sociais do INSS, no movimento efervescente vivenciado pelo Serviço Social desde a década de 1970, buscando alicerçar o fazer profissional aos pilares fundamentais constitutivos do Código de Ética de 1993 (MOREIRA, 2005), bem como na intrínseca relação deste novo trabalho profissional com o Projeto Ético-Político. O método adotado é “compreendido dentro da concepção histórico-dialética, como o processo de conhecimento pelo qual apreende-se a realidade com vista à sua transformação” (MPAS/INSS, 1955, p. 22).

Requer analisar as múltiplas determinações que compõe o trabalho profissional e conectá-las a realidade concreta, que também é contraditória, entendendo esta como fruto das correlações de forças, ora no favorecimento dos direitos sociais, ora atendendo a lógica capitalista. As ações profissionais do Serviço Social devem ser direcionadas aos objetivos e

proposições teórico-metodológicas que alimentam o seu direcionamento ético-político cotidiano.

4 A MATERIALIZAÇÃO DO PROJETO ÉTICO-POLÍTICO NO TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Tendo em vista as condições sócio-históricas peculiares para a construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social e de perceber o envolvimento da categoria profissional com este rumo de cunho transformador pelo qual se envereda, inquieta-nos desvendar como realmente este projeto profissional vem sendo materializado pelas Assistentes Sociais.

O debate é extremamente complexo, pois, não é errôneo afirmarmos que muitos(as) profissionais não sabem o conteúdo a ser defendido por este projeto e quais os seus componentes constitutivos. Durante a graduação podemos perceber que alguns(as) profissionais consideram que se trata de uma *Cartilha* distribuída pelo Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) da sua região, que regulamenta e normaliza o seu trabalho.

Tomando por base o questionamento proposto, a pesquisa enunciada revela que o trabalho das Assistentes Sociais na Previdência Social, sinaliza claramente para a afirmação do projeto profissional construído coletivamente e materializado cotidianamente no seu espaço profissional, canalizando as demandas institucionais com os parâmetros profissionais, contribuindo para a transformação social.

A nítida afirmação do projeto profissional pelas Assistentes Sociais pesquisadas no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), reforça um comprometimento com os direitos sociais na sua real consolidação, na relação mediada com os movimentos sociais e também sob o norte do *posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática*, alinhando-se o seu trabalho aos princípios do Código de Ética de 1993.

As Assistentes Sociais pesquisadas, ainda nos revelam que o princípio que trata da *ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade*, é mais enfático no seu trabalho, havendo uma peculiaridade, tendo em vista que conforme Bonetti (1996), as Assistentes Sociais estão à frente das políticas sociais, dos programas institucionais e na realização de atividades que vão desde o planejamento até ao atendimento individual, assim, é oportuno destacarmos que esta especialidade do trabalho coletivo, atua com as condições necessárias para a efetivação da cidadania, identificando-se também, para isso, o comprometimento com o projeto societário da classe trabalhadora.

Outros princípios enfatizados pelas profissionais e que merecem o nosso destaque, trata-se *do posicionamento em favor da equidade e justiça social* e *do compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população*. O primeiro nos coloca a necessidade do trabalho das Assistentes Sociais firmarem o compromisso com a universalidade dos direitos a todos os indivíduos sociais, fazendo com que o acesso a esses não sejam restringidos a uma pequena parcela da população, cabe assim, que na mediação do trabalho profissional as Assistentes Sociais possam “contribuir para a radical democratização dos critérios de elegibilidade como estratégia de *inclusão* de um número sempre crescente de cidadãos nessas frações do patrimônio econômico-social, coletivamente erigido” (BONETTI, 1996, p. 191-192).

No que tange à qualidade dos serviços prestados, deve-se ter a clareza, principalmente para as profissionais que trabalham na Previdência Social, da responsabilidade no trato da sua condução, tendo em vista que os(as) usuários(as) que buscam seus serviços são sujeitos de direitos e os querem ser garantidos. O seu trabalho deve imbuir-se dos valores e princípios ético-profissionais para o aprimoramento destes serviços prestados, fazendo com que os sujeitos adquiram visibilidade na cena pública. Outro ponto relevante, corroborado por Bonetti (1996), trata-se da participação dos(as) profissionais, nos fóruns e espaços coletivos de discussão da categoria, fazendo-os(as) pensar politicamente nos rumos do seu trabalho.

5 CONCLUSÃO

Conquanto, a pesquisa conseguiu alcançar os objetivos esperados, na medida em que nos foi possibilitado uma aproximação satisfatória com os espaços profissionais das Assistentes Sociais pesquisadas, que fundamentaram e conseguiram conectar as teorias apontadas com o seu exercício profissional.

Desta forma a pesquisa concluiu que as Assistentes Sociais do INSS afirmam o Projeto Ético-Político do Serviço Social, que se dá na vinculação profissional aos interesses da classe trabalhadora, respaldada na participação em projetos e na defesa dos direitos sociais. A afirmação do projeto profissional contribui, também, para alicerçar as bases de uma nova proposta de fazer profissional na Previdência Social, calcada no compromisso ético-político e na análise de totalidade para se pensar os rumos da sua ação. O(A) Assistente Social deixa de ser um mero reprodutor das normas institucionais e vai buscar, agora, entender, atuar e propor medidas interventivas capazes de consolidar a emancipação humana dos(as) usuários(as).

Assim, a pesquisa enunciada demarca uma singularidade histórica necessária a todo trabalho científico. Foi notório que compreender o contexto que funda o Serviço Social é, por excelência, complexo e contraditório, ficando a cargo de pesquisas, como a elaborada, o compromisso com esse desvelamento. Desta forma, chegamos ao ponto final que, também, é ponto de partida.

REFERÊNCIAS

BONETTI, Dilséa Adeodata (Org.). **Serviço social e ética: convite a uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 1996.

COLETÂNEA DE CÓDIGOS DE ÉTICA PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL / GEPE. Recife: CTC, 2003.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social Contemporâneo. **IN: SEMINÁRIO REGIONAL NORDESTE**, 1., 2006, Fortaleza. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Fortaleza: ABEPSS e OPAS, 2006 1 CD-ROM.

MOREIRA, Marinete Cordeiro. **O Serviço social do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS a partir da década de 90** – Uma análise da implantação da matriz teórico metodológica. 2005. 180f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

MPAS/INSS. **Matriz teórico-metodológica do serviço social na previdência social**. Brasília: MPAS, 1995.

NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: **SEMINÁRIO REGIONAL NORDESTE**, 1., 2006, Fortaleza. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional. Fortaleza: ABEPSS e OPAS, 2006 1 CD-ROM.

ROZENDO, Francisco Henrique da Costa. **O(A) assistente social e os processos de trabalho: uma análise na Previdência Social da materialização do projeto ético-político do Serviço Social**. 122f. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Faculdade de Serviço Social, Mossoró-RN, 2007.